ISSN: 2358-8829

FORMAÇÃO DOCENTE À CONSTITUIÇÃO DO PROFESSOR-AVALIADOR: UMA REVISÃO NARRATIVA DA LITERATURA BRASILEIRA

Lucimary do Nascimento[1]
Valéria Aparecida de Souza Siqueira [2]

RESUMO

A formação docente para a avaliação da aprendizagem ainda enfrenta desafios relacionados à articulação dos conhecimentos avaliativos ao exercício profissional. Este artigo analisa, por meio de revisão narrativa da literatura brasileira, como a avaliação educacional é abordada na formação de professores e quais lacunas persistem na preparação do professor-avaliador. De abordagem qualitativa, a pesquisa é bibliográfica e documental, fundamentada em produções acadêmicas e documentos normativos. A análise contempla três eixos: formação docente e profissionalização; avaliação educacional e avaliação da aprendizagem; e formação docente para avaliar. Os resultados indicam que, apesar dos avanços na institucionalização e regulamentação da formação docente, permanecem lacunas na preparação para interpretar evidências e utilizá-las na tomada de decisões pedagógicas. Como contribuição teórico-analítica, o artigo propõe o Letramento em Avaliação Docente (LAD), estruturado em seis dimensões articuladas: conceitual, técnica, interpretativa, decisória, ética e crítica. Conclui-se que a avaliação constitui parte do conhecimento profissional docente e requer processos formativos que favoreçam seu uso fundamentado no trabalho pedagógico.

Palavras-chave: formação docente; avaliação educacional; professor-avaliador; letramento em avaliação docente.

INTRODUÇÃO

A formação de professores no Brasil passou por mudanças relacionadas às políticas educacionais, à organização das instituições formadoras e à profissionalização do magistério. Da criação das Escolas Normais, no século XIX, à expansão da formação em nível superior, esse percurso foi acompanhado por avanços institucionais e desafios quanto à articulação entre os conhecimentos específicos e pedagógicos necessários à docência (SAVIANI, 2009;

[1]Mestranda do Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores (PPGFP) da Universidade Estadual da Paraíba -UEPB,
[2]Orientadora Doutora e Pós-doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (FE-USP),E-mail valeriasiqueira@servidor.uepb.edu.

TANURI, 2000). Entre as exigências do trabalho docente está a capacidade de acompanhar as aprendizagens, interpretar as produções dos estudantes e tomar decisões que orientem o ensino.

Nesse contexto, a avaliação educacional ocupa lugar importante na atuação profissional. Avaliar envolve definir objetivos e critérios, selecionar procedimentos, analisar evidências de aprendizagem e utilizar as informações obtidas no planejamento pedagógico. Entretanto, a presença da avaliação no cotidiano escolar não significa que os conhecimentos necessários à sua realização sejam desenvolvidos de forma sistemática durante a formação docente. Estudos como os de Freitas (2019) e Siqueira, Freitas e Alavarse (2021) discutem desafios relacionados à preparação dos professores para avaliar, enquanto Garcia, Mielo e Wandercil (2023) examinam o espaço destinado à avaliação nos currículos de cursos de Pedagogia.

Essa discussão também precisa considerar as orientações que regulamentam a formação de professores no país, entre elas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial, instituídas pela Resolução CNE/CP nº 4/2024. A existência desses marcos normativos, embora estabeleça referências para a formação, não assegura, por si só, que os conhecimentos avaliativos sejam incorporados de maneira sistemática aos processos formativos.

Diante desse cenário, o artigo toma o *professor-avaliador* como referência para discutir a avaliação enquanto dimensão do conhecimento profissional docente. Nessa direção, propõe o Letramento em Avaliação Docente (LAD) como uma construção teórico-analítica destinada a organizar os conhecimentos mobilizados no trabalho avaliativo. A proposta reúne seis dimensões articuladas: conceitual, técnica, interpretativa, decisória, ética e crítica.

O problema que orienta o estudo é: como a formação docente brasileira tem incorporado a avaliação educacional como dimensão do conhecimento profissional e quais lacunas permanecem na preparação do professor-avaliador? O objetivo consiste em analisar essa incorporação a partir da literatura especializada e dos documentos normativos, considerando a trajetória da formação de professores, o lugar da avaliação nos processos formativos e os conhecimentos necessários ao trabalho avaliativo.

Para alcançar esse objetivo, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, organizada como revisão narrativa da literatura brasileira. O material analisado reúne produções acadêmicas e documentos normativos, examinados a partir de três eixos: formação docente e profissionalização; avaliação educacional e avaliação da aprendizagem; e formação docente para avaliar. A análise aponta desafios na articulação entre os avanços institucionais e normativos da formação docente e a preparação específica para interpretar

ISSN: 2358-8829

evidências e fundamentar decisões pedagógicas. Como contribuição, o artigo apresenta o LAD como uma possibilidade de organizar esses conhecimentos e reconhecer a avaliação como parte da profissionalidade docente.

REFERENCIAL TEÓRICO

A formação de professores no Brasil carrega desafios históricos, entre eles a articulação entre os conhecimentos específicos das áreas de ensino e os saberes pedagógicos necessários ao exercício da docência. Ao recuperar a trajetória das Escolas Normais, Tanuri (2000) apresenta aspectos importantes da constituição das instituições formadoras. Saviani (2009), por sua vez, discute a relação entre os conhecimentos específicos e pedagógicos na formação docente. Essa problemática também aparece nas análises de Gatti e Barretto (2009) sobre os cursos de licenciatura e nas reflexões de Libâneo (2015) acerca dos conhecimentos pedagógicos e didáticos que fundamentam a atuação profissional.

Essas contribuições permitem observar que a formação docente não se resume à organização dos cursos ou ao cumprimento de seus componentes curriculares. Envolve, sobretudo, a construção de conhecimentos que possam ser mobilizados nas situações concretas de ensino. Entre eles, estão aqueles relacionados à avaliação educacional, uma vez que o professor precisa estabelecer relações entre os objetivos de aprendizagem, os conteúdos trabalhados e as evidências apresentadas pelos estudantes.

No processo de ensino, avaliar significa acompanhar as aprendizagens e reunir informações que auxiliem o professor a compreender o que os estudantes aprenderam e quais dificuldades ainda precisam ser consideradas. Sousa (1994), Hadji (2001), Luckesi (2011), Hoffmann (2014) e Alavarse (2013), sob diferentes perspectivas, discutem as finalidades da avaliação e suas relações com a aprendizagem. Essas abordagens permitem superar a compreensão de que avaliar consiste apenas em atribuir notas ou classificar estudantes. A prática avaliativa envolve também analisar as informações obtidas e considerá-las no planejamento das ações pedagógicas.

Essa análise exige mais do que observar resultados. Uma nota ou um percentual de acertos, por exemplo, não esclarece, por si só, por que determinado estudante apresentou dificuldade, tampouco indica qual encaminhamento pedagógico deve ser adotado. Para compreender o desempenho, é necessário considerar os objetivos propostos, os critérios utilizados, os instrumentos aplicados e outras informações sobre o percurso de aprendizagem.

A avaliação envolve, portanto, um trabalho de interpretação que precisa estar apoiado em critérios e evidências.

As avaliações externas de larga escala acrescentam outros elementos a esse debate, pois produzem informações que podem subsidiar o acompanhamento do desempenho educacional e a formulação de políticas públicas. A leitura desses resultados, entretanto, requer atenção às finalidades dos instrumentos, às habilidades avaliadas e às condições em que os dados são produzidos. Alavarse, Bravo e Machado (2013) discutem as dimensões técnicas, políticas e pedagógicas dessas avaliações, contribuindo para a reflexão sobre seus diferentes usos. No cotidiano escolar, seus resultados oferecem informações relevantes, mas não explicam, isoladamente, as razões das dificuldades de aprendizagem.

Para que essas informações tenham significado pedagógico, o professor precisa compreender os indicadores, identificar as habilidades a que se referem e relacioná-los ao que observa em sala de aula. Os percentuais e as classificações podem indicar aspectos que merecem atenção, mas não substituem a análise das produções dos estudantes e das demais evidências disponíveis. É nessa relação entre os resultados das avaliações externas e o conhecimento construído no cotidiano escolar que se encontram possibilidades de reorientar o planejamento e organizar intervenções.

Essa discussão conduz a uma questão importante: como os professores são preparados para realizar o trabalho avaliativo? Freitas (2019) aborda desafios da formação docente em avaliação educacional, enquanto Siqueira, Freitas e Alavarse (2021) discutem conhecimentos relacionados à avaliação da aprendizagem. No campo da formação inicial, Garcia, Mielo e Wandercil (2023) examinam o espaço destinado à avaliação nos currículos e nas ementas dos cursos de Pedagogia. Garcia e Brito (2024), por sua vez, investigam as percepções de estudantes em formação sobre seus próprios conhecimentos avaliativos.

Embora tratem do tema por caminhos diferentes, essas pesquisas oferecem elementos para aproximar duas questões: o lugar ocupado pela avaliação nos currículos e a maneira como os futuros professores percebem sua preparação para avaliar. A análise das matrizes curriculares e das ementas permite identificar os conteúdos formalmente previstos, enquanto as percepções dos estudantes acrescentam informações sobre como eles reconhecem sua formação nesse campo. Essa relação merece atenção, pois a presença de conteúdos avaliativos nos cursos não assegura, por si só, que os conhecimentos necessários à prática profissional tenham sido desenvolvidos.

É nesse debate que se insere a proposição do Letramento em Avaliação Docente (LAD), apresentado neste artigo como uma construção teórico-analítica para organizar conhecimentos

ISSN: 2358-8829

envolvidos no trabalho avaliativo do professor. A proposta reúne seis dimensões inter-relacionadas: conceitual, técnica, interpretativa, decisória, ética e crítica. A dimensão conceitual diz respeito à compreensão dos fundamentos e das finalidades da avaliação. A técnica envolve o planejamento e a escolha de procedimentos e instrumentos coerentes com os objetivos de aprendizagem. Já a interpretativa corresponde à análise das evidências e ao reconhecimento dos limites das informações disponíveis.

A dimensão decisória refere-se ao uso das informações avaliativas para orientar o planejamento, definir intervenções e, quando necessário, reorganizar o ensino. A ética envolve a responsabilidade no tratamento dos resultados, o respeito aos estudantes e a atenção às consequências das decisões tomadas. A dimensão crítica, por sua vez, compreende a análise dos limites dos instrumentos, das condições em que as evidências são produzidas e dos efeitos das práticas avaliativas sobre o ensino e a aprendizagem.

Essa organização representa uma síntese elaborada a partir da literatura examinada, não uma classificação consensual atribuída aos autores citados. Seu propósito é reunir aspectos do conhecimento profissional que nem sempre são discutidos de forma articulada: compreender os fundamentos da avaliação, selecionar procedimentos, interpretar evidências, tomar decisões e considerar as implicações éticas e pedagógicas dessas escolhas. Nessa perspectiva, o LAD oferece uma chave de análise para discutir a avaliação como parte da profissionalidade docente.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, desenvolvida sob uma perspectiva histórico-analítica. O desenho metodológico orienta-se a compreender os modos de incorporação da avaliação educacional na formação docente brasileira, bem como a mapear as lacunas que obstaculizam a constituição do professor-avaliador. Por prescindir de dados empíricos com participantes humanos, a investigação sustenta-se no exame de produções acadêmicas e atos normativos. Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, cujas interpretações analíticas limitam-se ao escopo do corpus selecionado.

Entre os documentos normativos examinados, incluem-se as Resoluções CNE/CP nº 2/2019 e nº 4/2024, consideradas em seus respectivos contextos históricos e regulatórios. A primeira foi posteriormente revogada pela segunda, que estabeleceu novas diretrizes para a formação inicial de professores. A análise documental busca identificar como esses textos

contemplam a avaliação educacional e os conhecimentos necessários à interpretação de evidências de aprendizagem e à utilização dos resultados na tomada de decisões pedagógicas.

O corpus bibliográfico foi distribuído em três eixos teóricos para fins de cotejamento: formação docente e profissionalização, amparado nos estudos de Tanuri (2000), Saviani (2009), Gatti e Barretto (2009) e Libâneo (2015); avaliação educacional e da aprendizagem, ancorado em Hadji (2001), Luckesi (2011), Hoffmann (2014), Sousa (1994) e Alavarse (2013); e formação docente para avaliar, com as contribuições de Freitas (2019), Siqueira, Freitas e Alavarse (2021), Garcia, Mielo e Wandercil (2023) e Garcia e Brito (2024).

Os procedimentos analíticos compreenderam leituras exploratórias, fichamentos e o cruzamento comparativo das fontes. Esse processo foi balizado por três categorias: *formação docente*, dedicada à institucionalização e aos saberes profissionais; *lugar da avaliação na formação*, voltada à presença curricular e finalidades do tema; e *constituição do professor-avaliador*, focada no planejamento, produção e interpretação de evidências de aprendizagem. O confronto interpretativo entre literatura e normativas descortinou as aproximações, tensões e lacunas que fundamentam a proposição do Letramento em Avaliação Docente (LAD) como construção teórico-analítica deste artigo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura evidencia que a formação docente no Brasil é marcada pelo desafio de articular conhecimentos específicos, pedagógicos e profissionais. Tanuri (2000), ao reconstruir a trajetória das Escolas Normais, contribui para compreender a constituição histórica das instituições formadoras. Saviani (2009) aprofunda essa discussão ao examinar as tensões entre os conhecimentos específicos e os pedagógicos, enquanto Gatti e Barretto (2009) analisam aspectos da formação oferecida pelas licenciaturas. Em conjunto, essas contribuições permitem situar a avaliação educacional como parte dos conhecimentos profissionais necessários ao ensino, e não como uma atividade isolada da formação docente.

Essa questão ganha relevância quando se considera que avaliar exige mais do que aplicar instrumentos e atribuir notas. O professor precisa estabelecer critérios, produzir informações pertinentes, interpretar evidências e decidir sobre os encaminhamentos pedagógicos. Alavarse (2013), Freitas (2019) e Siqueira, Freitas e Alavarse (2021) contribuem para a discussão dos conhecimentos envolvidos na avaliação e dos desafios relacionados à preparação docente para essa atividade. A articulação dessas pesquisas sustenta a necessidade de examinar como a

formação prepara o professor para transformar informações avaliativas em decisões fundamentadas.

No âmbito da formação inicial, Garcia, Mielo e Wandercil (2023) analisam o tratamento da avaliação educacional em currículos e ementas de cursos de Pedagogia, enquanto Garcia e Brito (2024) investigam percepções de estudantes em formação sobre seus conhecimentos avaliativos. Esses estudos abordam aspectos distintos do problema: o primeiro permite examinar a presença curricular da temática; o segundo contribui para compreender como futuros professores percebem sua preparação. Considerados em conjunto, oferecem subsídios para discutir a relação entre os conteúdos previstos nos cursos e os conhecimentos necessários ao trabalho avaliativo. Essa relação, contudo, não pode ser compreendida apenas pela presença de disciplinas específicas, pois também envolve a articulação dos conteúdos com situações concretas de ensino e aprendizagem.

Quanto a análise documental considera marcos normativos que orientam a formação docente em diferentes períodos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — Lei nº 9.394/1996 — estabelece as bases legais da formação dos profissionais da educação. No campo das diretrizes para a formação inicial, a Resolução CNE/CP nº 2/2019 instituiu a BNC-Formação, articulando a formação docente a competências profissionais e às aprendizagens previstas para a Educação Básica. Posteriormente, a Resolução CNE/CP nº 4/2024 estabeleceu novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior dos profissionais do magistério da educação escolar básica e revogou expressamente a resolução de 2019 (BRASIL, 1996, 2019, 2024).

A comparação entre esses documentos deve considerar seus respectivos contextos regulatórios, sem tratar a resolução de 2019 como norma vigente. A resolução de 2024 define fundamentos, princípios, perfil do egresso, estrutura e currículo para os cursos abrangidos. Para os objetivos deste artigo, interessa examinar como as orientações normativas se relacionam com os conhecimentos necessários à avaliação educacional, especialmente o planejamento de procedimentos avaliativos, a interpretação das evidências de aprendizagem e a utilização das informações na tomada de decisões pedagógicas. Essa leitura deve se apoiar nos dispositivos efetivamente relacionados a esses aspectos, sem pressupor que a presença de diretrizes normativas assegure sua concretização nos currículos ou nas práticas das instituições formadoras.

A Lei nº 13.005/2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação, também integra o percurso histórico das políticas educacionais consideradas neste estudo. Sua análise deve respeitar o período de vigência e as alterações legais posteriores, evitando apresentá-la

isoladamente como referência atual sem a devida contextualização. Do mesmo modo, a Lei nº 15.344/2026, que instituiu a Política Nacional de Indução à Docência na Educação Básica — Mais Professores para o Brasil —, contempla medidas de incentivo ao ingresso e à permanência na carreira docente e prevê a Prova Nacional Docente como instrumento de apoio aos processos de seleção e ingresso no magistério público (BRASIL, 2014, 2026).

Embora essas iniciativas integrem o contexto das políticas de formação e ingresso na docência, suas finalidades não se confundem com a avaliação da aprendizagem realizada pelo professor na Educação Básica. A Prova Nacional Docente, por exemplo, está relacionada aos processos de seleção e ingresso profissional, enquanto a avaliação da aprendizagem fornece informações para acompanhar o desenvolvimento dos estudantes e orientar o ensino. Essa distinção é necessária para evitar que diferentes usos da avaliação sejam tratados como equivalentes.

A análise normativa situa as orientações legais para a formação docente, enquanto a literatura permite discutir os conhecimentos necessários ao trabalho avaliativo. Os estudos sobre currículos e ementas abordam o espaço da avaliação na formação inicial, e as pesquisas sobre professores examinam sua preparação para avaliar e utilizar os resultados pedagogicamente. A articulação dessas fontes ajuda a compreender que a formação em avaliação precisa ir além do domínio de instrumentos e procedimentos, contemplando também a interpretação das evidências de aprendizagem e seu uso nas decisões pedagógicas.

A literatura examinada e os documentos analisados convergem para a relevância dos conhecimentos profissionais mobilizados na avaliação, embora abordem o tema a partir de objetos e perspectivas diferentes. Os estudos sobre currículos e ementas permitem examinar o espaço destinado à avaliação na formação inicial; as pesquisas sobre conhecimentos e percepções docentes ajudam a problematizar a preparação para avaliar; e os documentos normativos situam as orientações institucionais que organizam essa formação. A contribuição da análise consiste em aproximar essas perspectivas, sem pressupor que elas apresentem os mesmos resultados ou respondam integralmente às mesmas questões.

Nesse contexto, este artigo utiliza a expressão *professor-avaliador* para designar o docente que assume responsabilidade pela produção, interpretação e utilização de informações avaliativas no trabalho pedagógico. Essa atuação envolve compreender o que está sendo avaliado, reconhecer os limites das evidências disponíveis e fundamentar decisões relacionadas ao ensino. O professor-avaliador não se define apenas pelo domínio de instrumentos, mas pela capacidade de relacionar os resultados aos objetivos de aprendizagem e às necessidades dos estudantes.

ISSN: 2358-8829

Com base nessa discussão, propõe-se o Letramento em Avaliação Docente (LAD) como uma construção teórico-analítica deste artigo, elaborada a partir do diálogo com a literatura examinada. A proposta organiza os conhecimentos e as capacidades mobilizados pelo professor no trabalho avaliativo em seis dimensões interdependentes, apresentadas no Quadro 1. Essa organização busca explicitar diferentes aspectos da atuação do professor-avaliador, desde a compreensão dos fundamentos da avaliação até a interpretação das evidências, a tomada de decisões e a análise crítica e ética de suas práticas.

Quadro 1 – Dimensões constitutivas do Letramento em Avaliação Docente (LAD)

Dimensão do LAD	Escopo conceitual e operacional
Conceitual	Compreensão dos fundamentos, conceitos, princípios e finalidades da avaliação educacional e de sua relação com o ensino e a aprendizagem.
Técnica	Planejamento, elaboração, seleção e utilização de instrumentos e procedimentos avaliativos coerentes com os objetivos e critérios de aprendizagem.
Interpretativa	Análise das evidências de aprendizagem, considerando os objetivos avaliados, os critérios estabelecidos e os limites das informações disponíveis.
Decisória	Utilização das informações avaliativas para fundamentar decisões pedagógicas, planejar intervenções e reorientar o ensino.
Ética	Responsabilidade no tratamento e na comunicação dos resultados, respeito aos estudantes e consideração das consequências das decisões avaliativas.
Crítica	Análise das finalidades, dos usos, das condições de produção e dos efeitos das práticas avaliativas, considerando seus limites e suas implicações para o ensino e a aprendizagem

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Essa organização resulta da síntese teórico-analítica desenvolvida no artigo a partir do diálogo com a literatura examinada. Não se trata de uma classificação consensual já estabelecida pelos autores citados, mas de uma proposta que procura reunir aspectos conceituais, procedimentais, interpretativos, decisórios, éticos e críticos do trabalho avaliativo. As dimensões são interdependentes: o domínio técnico, por exemplo, não garante uma interpretação adequada das evidências, assim como a interpretação, por si só, não assegura decisões pedagógicas pertinentes.

A contribuição do LAD consiste em organizar, em uma perspectiva teórico-analítica, os conhecimentos e as capacidades envolvidos no trabalho do professor-avaliador. Essa proposta não comprova, por si só, que tais capacidades estejam presentes nos cursos de formação ou nas práticas docentes. Sua pertinência precisa ser examinada em pesquisas que investiguem currículos, processos formativos e situações concretas de avaliação, buscando compreender como os professores aprendem a interpretar evidências e a utilizá-las nas decisões pedagógicas.

ISSN: 2358-8829

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso desta investigação concentrou-se analisar as formas de incorporação da avaliação educacional na formação docente brasileira, discutindo lacunas persistentes que persistem na constituição do professor-avaliador. A revisão bibliográfica e documental permitiu identifica avanços institucionais e normativos importantes, além de evidenciar os desafios que cercam a articulação dos conhecimentos práticos e teóricos exigidos no trabalho avaliativo.

A literatura examinada indica que a presença frequente de práticas avaliativas no cotidiano escolar não assegura, por si só, uma preparação sistemática dos futuros professores. O trabalho de avaliar exige compreender as finalidades da avaliação, estabelecer critérios coerentes, interpretar evidências de aprendizagem e utilizar as informações produzidas para fundamentar decisões pedagógicas. Nessa perspectiva, a análise destacou a importância de distinguir as orientações previstas nos documentos normativos das formas como a avaliação é abordada nos processos de formação docente

Como contribuição teórico-analítica, o artigo propõe o Letramento em Avaliação Docente (LAD), organizado em seis dimensões articuladas: conceitual, técnica, interpretativa, decisória, ética e crítica. Essa organização busca sistematizar conhecimentos e capacidades relacionados ao trabalho avaliativo, sem pretender estabelecer uma classificação definitiva ou consensual na literatura brasileira. A proposta oferece uma referência para aprofundar a discussão sobre a avaliação como parte do conhecimento profissional docente.

Entre as limitações do estudo, destaca-se seu caráter bibliográfico e documental, que não permite verificar diretamente como esses conhecimentos são desenvolvidos nas instituições formadoras ou mobilizados pelos professores em suas práticas. Pesquisas futuras poderão examinar o lugar da avaliação nos currículos das licenciaturas, investigar as necessidades formativas dos docentes e analisar a pertinência e as possibilidades de aplicação das dimensões propostas para o LAD.

A formação do professor-avaliador requer oportunidades para compreender, interpretar e utilizar informações avaliativas de maneira fundamentada, ética e crítica. Reconhecer a avaliação como dimensão da profissionalidade docente significa compreendê-la para além de um conjunto de procedimentos e técnicas, considerando seu papel nas decisões que orientam o ensino e o acompanhamento das aprendizagens.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), pelo suporte institucional que contribuiu para a realização deste estudo. À minha orientadora, Prof.ª Dr.ª Valéria Aparecida de Souza Siqueira, expresso minha sincera gratidão pelo rigor acadêmico, pelas leituras críticas e pelas valiosas contribuições ao longo do percurso investigativo

REFERÊNCIAS

ALAVARSE, Ocimar Munhoz; BRAVO, Maria Helena; MACHADO, Cristiane. Avaliações externas e qualidade na educação básica: articulações e tendências. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 24, n. 54, p. 12–31, abr. 2013. DOI: https://doi.org/10.18222/eae245420131900.

BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; GATTI, Bernardete Angelina. **Professores do Brasil**: impasses e desafios. Brasília, DF: UNESCO, 2009.

BRASIL. Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil — UAB. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 jun. 2006. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2006/decreto-5800-8-junho-2006-543167-publicacaooriginal-53181-pe.html. Acesso em: 29 out. 2026.

BRASIL. Decreto nº 12.358, de 14 de janeiro de 2025. Institui o Programa Mais Professores para o Brasil — Mais Professores. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 15 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação — PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Lei nº 14.934, de 25 de julho de 2024. Prorroga, até 31 de dezembro de 2025, a vigência do Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 15.344, de 12 de janeiro de 2026. Institui a Política Nacional de Indução à Docência na Educação Básica — Mais Professores para o Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 jan. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 jun. 2024.

FREITAS, Pâmela Félix. **Formação docente em avaliação educacional**: lacunas, consequências e desafios. 2019. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-28092020-143159/. Acesso em: 3 out. 2026.

GARCIA, Paulo Sérgio; BRITO, Carlos Alexandre Felício. A avaliação na visão de futuros professores: elementos que dificultam a aprendizagem. **Horizontes**, v. 42, n. 1, e023077, p. 1-21, maio 2024. DOI: https://doi.org/10.24933/horizontes.v42i1.1726.

GARCIA, Paulo Sérgio; MIELO, Evandro Pereira; WANDERCIL, Marco. Formação de professores em avaliação educacional: um estudo sobre as matrizes e as ementas dos cursos de licenciatura em Pedagogia. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 27, e023063, p. 1-19, 2023. DOI: https://doi.org/10.22633/rpge.v27i00.18004.

HADJI, Charles. **Avaliação desmistificada**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora**: uma prática em construção da pré-escola à universidade. 33. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. Formação de professores e didática para desenvolvimento humano. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 629–650, abr./jun. 2015. DOI: https://doi.org/10.1590/2175-623646132.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem**: componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 143–155, abr. 2009. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-24782009000100012.

SIQUEIRA, Valéria Aparecida de Souza; FREITAS, Pâmela Félix; ALAVARSE, Ocimar Munhoz. Professores e lacunas formativas em avaliação da aprendizagem: evidências e problematizações. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 47, e241339, p. 1-22, dez. 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147241339.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 61–88, maio/ago. 2000. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-24782000000200005.